

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE SANTA MARIA-RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Suzane Beatriz Limberger

Santa Maria, RS, Brasil

2014

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE SANTA MARIA-RS

Suzane Beatriz Limberger

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof. DR. Laura Regina da Silva Câmara Maurício da
Fonseca**

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE
HABITAÇÃO DE SANTA MARIA-RS**

elaborado por
Suzane Beatriz Limberger

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dr^a .
(Presidente/Orientadora)

Fábio Jardel Gaviraghi, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 24 de novembro de 2014

Um dia você sai de casa. Leva a caixinha de recordações com fotos, bilhetes, coisas importantes. E sai tentando achar seu lugar no mundo, tentando se encontrar, tentando pelo menos buscar alguma coisa, nem que essa coisa não tenha nome, nem que você não saiba ao certo para qual lado seguir. Mas você vai, pois sabe que é preciso virar adulto, ganhar o mundo, caminhar, caminhar, caminhar.

(Clarissa Córrea)

DEDICATÓRIA

Honrar o pai e a mãe não é somente respeitá-los, mas também assisti-los nas suas necessidades; proporcionar-lhes o repouso na velhice; cercá-los de solicitude, como eles fizeram por nós na infância... Este trabalho é dedicado a vocês!

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, tenho a oportunidade de agradecer a todos que estiveram ao meu lado na trajetória da minha graduação, tanto nos bons como nos momentos mais difíceis.

Primeiramente agradeço a Deus, razão de minha existência e ao meu Anjo da Guarda, por sempre me conduzirem pelo melhor caminho e me guiarem até aqui.

Aos meus pais por todo suporte e incentivo. Por todo amor e dedicação que dirigiram a mim durante toda minha vida. Muito obrigada por compreender todas as vezes que eu me fiz ausente em momentos importantes, assim como vocês abriram mão de objetivos para garantir o meu futuro.

Ao meu irmão, por me apoiar no decorrer do curso de graduação. Muito obrigada por me proporcionar a primeira oportunidade de estágio, a qual me incentivou a prosseguir no curso.

Meu agradecimento especial ao meu namorado Leonardo, companheiro de todas as horas. Muito obrigada por todo apoio, incentivo, amor e carinho. Muito obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, principalmente naqueles em que eu tive vontade de desistir. Ainda, muito obrigada por ser meu co-orientador e por todos os debates (saudáveis) acerca desse trabalho.

Ao meu sogro Vanildo e minha sogra Rita, minha segunda família, os quais sempre me incentivaram e me apoiaram no decorrer da graduação. Muito obrigada por estarem ao meu lado e me adotarem como uma filha.

Aos meus amigos por entenderem os momentos em que me fiz ausente. Em especial minha amiga de longa data, Camila, por entender que amizade verdadeira não se apaga com o tempo e nem se separa com a distância.

Não poderia deixar de agradecer duas grandes amigas, Marlene e Rejane, por me incentivar e por vezes dar “um puxão de orelha” necessário. Muito obrigada por me serem minhas “irmãs” aqui em Santa Maria.

À minha orientadora Laura, por dispor um pouco do seu conhecimento teórico para a construção deste trabalho, pela paciência e apoio por ela concedidos. Bem como ao professor Fábio, meu supervisor de Estágio I. E, a minha supervisora Ivone, que me proporcionou conhecer um pouco do processo de trabalho de tão bonita profissão, através das experiências no campo de estágio.

Às minhas colegas de estágio, por dividirem experiências e pela convivência nas manhãs desse último ano de graduação, pois além de colegas nos tornamos amigas.

Meu agradecimento ao grupo de amigos proporcionados pelo Lions Clube Santa Maria Dores, por me incentivar a ser uma pessoa melhor e entender minhas ausências quando faltei reuniões e atividades em razão de aulas e do Trabalho de Conclusão de Curso.

Um agradecimento especial aos usuários da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria – RS. Sem a participação deles, meu projeto de intervenção não seria concebível, bem como o presente trabalho.

Aos que aqui não citei, mas que de qualquer forma estiveram presentes em minha vida durante esses quatro anos e meio, muito obrigada!

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: SUZANE BEATRIZ LIMBERGER
ORIENTADORA: PROF. DR. LAURA REGINA DA SILVA CÂMARA
MAURÍCIO DA FONSECA

Data e local da defesa: Santa Maria, 24 de novembro de 2014.

Este trabalho tem como objetivo realizar o relato de experiência desta acadêmica no que concerne ao projeto de intervenção executado junto à Secretaria de Habitação de Regularização Fundiária de Santa Maria-RS no período de estágio curricular. Para alcançar tal objetivo, é abordada a trajetória histórica da profissão do Serviço Social, assim como das políticas sociais, pois estão diretamente associadas ao projeto de intervenção.

Palavras-chave: Serviço Social. Política Social. Habitação. Benefício de Prestação Continuada

ABSTRACT

This paper aims to carry out the case study of this academic student regarding the intervention project executed by the Department of Housing and Land Regularization of Santa Maria-RS during the traineeship. To achieve such goal, it will be necessary to address the historical trajectory of the profession of Social Work, as well as social policies, because they are directly associated with the intervention project.

Keywords: social work, social policy, housing, *Continuing provision Benefit*.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Serviço Social como Profissão.....	13
1.1. História do Serviço Social.....	13
1.2. Lei Orgânica de Assistência Social.....	19
Capítulo 2 - Políticas Sociais.....	22
2.1. Política Habitacional.....	25
2.1.1. Política Nacional de Habitação.....	29
2.1.2. Programa de Aceleração do Crescimento.....	30
Capítulo 3 - Relato de Experiência.....	32
3.1 Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS	32
3.2. Serviço Social na Instituição	33
3.3. Projeto de Intervenção.....	37
Considerações finais.....	45
Referências.....	48

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso preenche um dos requisitos para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nele, foi discorrido sobre o processo de trabalho do assistente social na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, RS.

A escolha deste tema diz respeito à inserção da presente acadêmica como estagiária nesse campo de atuação. Durante esse período, foi possível adquirir conhecimento teórico e prático acerca da atuação do assistente social associada à política habitacional. Destarte, a acadêmica desenvolveu e executou no campo de estágio um projeto de intervenção, o qual foi requisito parcial para aprovação nas disciplinas de Estágio I e Estágio II.

Para discorrer acerca do projeto de intervenção neste trabalho, isso é, o relato de experiência, foi produzido um referencial teórico, a partir de pesquisa bibliográfica referente ao tema abordado. Assim, o trabalho foi dividido em três capítulos e esses em subitens.

Para chegar ao projeto de intervenção, é necessário contextualizar a profissão do Serviço Social, bem como as Políticas Sociais. O primeiro capítulo diz respeito à origem e trajetória do Serviço Social a nível mundial e nacional, além das características iniciais da profissão. Pode-se mencionar como exemplo a relação entre a profissão e o desenvolvimento do capitalismo, além do Movimento de Reconceituação da profissão e das reformas curriculares no que concerne à formação acadêmica. No contexto atual, a profissão conta com uma lei que a regulamenta e um Código de Ética, que norteia o exercício dos profissionais.

No Capítulo 2, será abordado o percurso das políticas sociais em âmbito mundial e brasileiro, bem sua conceituação e caracterização com base em autores e nas Constituições Federais do Brasil, findando com a Constituição Federal de 1988. Na atualidade, uma das principais políticas públicas refere-se à habitação, visto que existe um déficit habitacional elevado no Brasil.

Serão apontados os principais acontecimentos relacionados à Política Nacional de Habitação (PNH), conforme sua origem até o contexto atual. Como um dos principais programas dentro da PNH será citado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que além de infraestrutura, também executa o trabalho técnico-

social (TTS)¹. O Trabalho Social é executado por equipes interdisciplinares, das quais fazem parte os assistentes sociais.

Por fim, no último capítulo será exposto o relato de experiência desta acadêmica, conforme o projeto de intervenção executado junto à Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS (SMHRF), no período de abril a junho de 2014, referente ao oitavo semestre da graduação do curso de Serviço Social.

Inicialmente, será exposto o campo de estágio da acadêmica, como ele foi criado e como a assistente social exerce seu processo de trabalho dentro desse. Por fim, será apresentado o projeto de intervenção, trazendo gráficos a fim de elucidar sua efetividade.

¹ Trabalho Técnico Social. Todavia, neste trabalho será utilizada a nomenclatura adotada no Serviço Social, ou seja, Trabalho Social.

1. SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

Neste capítulo será abordado o Serviço Social como profissão inserida no mercado de trabalho. Todavia, não se pode falar do Serviço Social na contemporaneidade sem fazer uma breve retrospectiva do seu surgimento e da sua trajetória. Portanto, será discorrido sobre o surgimento da profissão no mundo e no Brasil, além das suas características iniciais.

Cabe destacar a relação entre a profissão e o desenvolvimento do capitalismo, industrialização e crescimento populacional. Com isso, há o surgimento de ideias contrárias às características da profissão, que se consolidam no Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Assim como a Reconceituação, a profissão passou por reformas curriculares e hoje conta com um Código de Ética e amparo legal, através da Lei 8.662/1993, que regulamentam e normatizam a profissão.

1.1 História do Serviço Social

A origem e trajetória do Serviço Social como profissão tem início nas décadas de 1920 e 1930, com influência da Igreja Católica, aliada ao Estado. Esses defendiam que todos deveriam praticar o bem para garantir o seu lugar no céu. O Estado era responsável pela paz política, inclusive, podendo fazer uso da violência se necessário. Já a Igreja era responsável pela parte social, ou seja, fazer caridade. Os ricos deveriam fazer o bem, através da ajuda aos pobres e necessitados (ESTEVÃO, 2004).

Com base em Santos (2006), surgem assim as damas de caridade, moças boazinhas, que visitavam os pobres e analisavam seus pedidos. Por fim, tentavam encaminhá-los a algum trabalho para que não gerassem “problemas” à classe burguesa. Essa classe precisava dos “despossuídos”² para conseguir chegar, permanecer no poder e exercer sua hegemonia. Essa classe usava um falso discurso humanitário, que defendia a “igualdade de classes”. Na verdade, eram estratégias assistencialistas usadas para reprimir o proletariado.

O desenvolvimento do capitalismo foi acentuado pelas desigualdades sociais e diferença de classes. Uma das consequências do capitalismo foi o aumento das

² Despossuídos, esse caso, refere-se à classe trabalhadora que não tinha acesso aos bens e serviços que eram ofertados à classe burguesa.

demandas técnicas no campo social. As pessoas migravam para a cidade em busca de melhores condições de vida, entretanto, não eram qualificadas o suficiente para desempenhar as atividades desenvolvidas na indústria. Dessa forma, ficavam à margem da sociedade e enfrentavam problemas relacionados à falta de emprego, moradia e saúde. Para tanto, foi necessário trazer conhecimento técnico e científico para atender essas demandas.

No ano de 1869, foi fundada a Sociedade de Organização da Caridade, em Londres. Essa entidade colaborou com a origem do serviço social como profissão no mundo, pois a assistência tornou-se socialmente necessária e passou a ser objeto de trabalho dos "agentes sociais"³.

Na profissão, Mary Richmond foi uma das pioneiras. Ela não aceitava fazer caridade apenas por fazer, pois era necessário que o exercício profissional fosse guiado por técnicas e procedimentos que deveriam ser seguidos por todos. Ela defendia ainda a ideia de que o profissional de Serviço Social deveria trabalhar a personalidade do indivíduo em seu "meio social", no qual estavam inseridos família, escola, trabalho, comunidade, entre outros.

Concomitante a isso, o proletariado criticava as ações da burguesia e passou a se mobilizar e lutar por medidas mais amplas de assistência, direitos sociais e trabalhistas. A Igreja não estava mais respondendo às demandas e foi necessário mobilizar o Estado. É então que o serviço social passa a ser executado como uma política de Estado e não mais como simples assistencialismo. A expansão do número de agentes sociais foi ampla neste período.

Já no Brasil, a profissão surgiu na década de 1930 e foi influenciada pelos Estados Unidos, principalmente no que diz respeito ao tecnicismo⁴, pois era baseado na ajuda psicossocial. Os profissionais adquiriam conhecimentos específicos e habilidades que eram úteis e necessárias para que os indivíduos se ajustassem ao sistema vigente, o capitalismo.

Segundo Bulla (2003), os primeiros assistentes sociais brasileiros foram obrigados a importar modelos teóricos e metodológicos de Serviço Social, inspirados em países mais desenvolvidos. O instrumental estava relacionado ao ajuste psicossocial e não surtia mais efeito na realidade brasileira, dado que este país era

³ *Agentes sociais* foi a primeira denominação dada aos assistentes sociais, que até então exerciam a profissão por meio de habilidades extremamente técnicas.

⁴ Isso aconteceu devido à supervalorização da técnica nas ações desenvolvidas na profissão.

subdesenvolvido. A ação dos profissionais era temporária e não respondia às demandas, que necessitavam soluções estruturais.

No que diz respeito às instituições ligadas ao Serviço Social temos: em 1938, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que inicialmente estava ligado ao Ministério de Educação e Saúde. Estevão (1984) remete à década de 1940, quando são criadas a Liga das Senhoras Católicas e a Associação das Senhoras Brasileiras, que colaboraram na consolidação do Serviço Social brasileiro.

Foi também criada a primeira escola de Serviço Social do Brasil, criada no ano de 1936 em São Paulo, hoje denominada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Essa escola foi implantada por um grupo de moças que, com o apoio da Igreja, realizava trabalhos filantrópicos junto aos operários no CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Segundo Yamamoto (2000), essas moças tiveram um curso intensivo de formação social promovido pelas cónegas de Santo Agostinho, para o qual foi convidada a Mlle Adele Leneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas.

Na década de 1950, a profissão passa a ser desenvolvida por meio do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Com o desenvolvimento da profissão e das escolas de Serviço Social, os profissionais passam a ter uma visão mais crítica e se posicionam de uma forma que resulta no Movimento de Reconceituação do Serviço Social (nas décadas de 1960 e 1970).

Segundo Faleiros (1981),

Nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como 'bombeiros', chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo. (FALEIROS, 1981, p.117).

O principal objetivo do Movimento de Reconceituação é romper com o conservadorismo que acompanhava a profissão desde o seu surgimento. A profissão tenta se desfazer do caráter tecnicista, uma vez que era impossível trabalhar na realidade brasileira, com desafios próprios e específicos, usando as mesmas estratégias utilizadas na Europa.

Os profissionais continham um sentimento de frustração, pois não eram capazes de atender a demanda existente. Além disso, existia o fato da profissão

não ser reconhecida e valorizada, uma vez que eram criados estereótipos em virtude da origem da profissão estar ligada diretamente à Igreja. Parte dos assistentes sociais continuou assumindo a visão tradicional da Igreja, enquanto outra parte assumiu uma posição mais progressista.

O Movimento de Reconceituação foi marcado por três momentos: no primeiro, existia uma forte crítica à ligação da origem da profissão com os países europeus e com os Estados Unidos, foi nesse momento que aconteceram os seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)⁵; no segundo momento, houve o ressurgimento dos movimentos sociais e estudantis na política brasileira; no terceiro momento, ocorreu o resgate das teorias marxistas, através das obras de Marilda Lamamoto, por exemplo.

Conforme Bulla (2003), os assistentes sociais que lutavam pela transformação social sofreram forte repressão durante o Golpe Militar, vejamos:

Houve repressão das classes trabalhadoras e contenção dos salários. Como mecanismo compensatório, foi implantada uma série de medidas de política social, sem consulta ou participação da classe trabalhadora. Nesse contexto, houve uma tendência ao crescimento da demanda de Assistentes Sociais, como agentes executores das políticas sociais. Desses profissionais, exigiram-se especialização em políticas sociais, planejamento, administração de serviço, o que significava uma formação técnica e metodológica rigorosa e adequada ao mercado de trabalho. (BULLA, 2003, p.10).

O Movimento de Reconceituação se caracterizou pela luta contra o sistema vigente e às formas conservadoras de desempenhar a profissão, buscando novas correntes teóricas. Sendo uma delas a marxista, que considerava a realidade social em sua totalidade. Assim:

[...] embora o homem seja um indivíduo único – e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual – ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada (MARX, 1983, p. 119).

Enfim, este movimento buscava a adoção de um referencial marxista de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade do social, conforme Bulla (2003).

Na década de 1980, é criado o Código de Ética Profissional, que apresenta caráter jurídico e normativo. Ou seja, é através dele que o assistente social é

⁵ Os Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) tiveram como principal objetivo realizar a teorização do Serviço Social, ou seja, criar significados, funções, contextos de atuação da profissão, entre outros.

norteado para desempenhar seu trabalho. O Código de Ética representa o compromisso ético-político e define os direitos e deveres dos assistentes sociais.

No Código de Ética, de 1986, é perceptível o seu vínculo às transformações que a categoria propunha. Entre os deveres podem ser citados: o incentivo à democratização das instituições, o incentivo da participação dos usuários nos processos de decisão e gestão institucional, entre outros.

O Código de Ética, de 1993, que está em vigor, tem por base a luta pelos direitos de cidadania. O Código de Ética é constituído por direitos, deveres, e princípios que dão base ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, através de uma postura ética em relação às suas ações. O princípio central é a liberdade, e vem acompanhada de outros valores como a democracia, a emancipação, a justiça social e a equidade, que devem ser concebidos em um viés de totalidade, pois não podem ser compreendidos isoladamente.

Para Barroco (2011), o indivíduo nasce e se socializa em uma sociedade que já possui valores estabelecidos. No processo de crescimento (socialização), o indivíduo cria seu caráter e o senso ético-moral. Contudo, quando se torna adulto, ele pode buscar outras referências, dependendo de sua formação, adequando-se às necessidades e experiências socioeconômicas vivenciadas.

Alguns profissionais se fecham e não dão abertura para novas visões a respeito da ética e moral, aceitando apenas os seus valores como corretos. Esse comportamento é chamado de etnocentrismo:

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência (ROCHA, 1984).

Esse aspecto resulta na dificuldade que certos profissionais, incluindo assistentes sociais, enfrentam quando se deparam com situações que vão contra sua postura ética, como suicídio e aborto, por exemplo. Conforme Sung (2007), a normalidade corresponde às normas e atitudes existentes dentro de cada grupo social e isso causa alívio no momento em que agimos diferente de outros grupos.

O Código de Ética, de 1993, traz como destaque a questão do sigilo profissional, uma vez que o trabalho do assistente social envolve o usuário de forma direta, bem como sua história de vida. Segundo o Código de Ética, é proibido ao

assistente social: “exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus direitos.” (CFESS, 1993, p. 24).

Entretanto, existem momentos em que a quebra de sigilo é permitida. Conforme Sant’Anna (2001), isso é possível quando a situação envolve delitos ou traz prejuízos aos interesses dos usuários ou da coletividade. Por exemplo, em caso de encaminhamentos, o assistente social quebra o sigilo para relatar a situação do usuário ao outro profissional que irá atendê-lo.

No que concerne ao processo de formação dos profissionais, ocorre a ruptura com o tradicionalismo, ocasionando a revisão curricular aprovada em 1979 e implementada em 1982. Essa revisão, para Faleiros:

desmontou a estrutura tradicional da divisão em "caso, grupo e comunidade". Defendeu claramente uma perspectiva de "visão crítica e comprometida com a transformação social", segundo o documento aprovado. Buscou-se estruturar a formação em uma articulação de teoria-história-metodologia-pesquisa, formando os estudantes em análises críticas da sociedade capitalista (FALEIROS, 2005, p. 32).

Na reforma de 1998-2000, a questão social foi definida como objeto do serviço social e aconteceu uma ruptura com as especializações, ocasionando uma formação mais generalista. Ainda na década de 1990, o assistente social passa a desempenhar atividades no terceiro setor, não apenas por ser uma profissão liberal, mas como consequência da flexibilização das relações de trabalho do sistema neoliberal globalizado.

Ao aumentar a flexibilidade do trabalho, aumenta também o número de empregos. Porém, acentua-se a vulnerabilidade do trabalhador. Cada vez mais, o Serviço Social deixa de apresentar características tecnicistas, imediatistas e voluntaristas e passa a apresentar a identidade de um profissional liberal.

Simões (2008) vincula o conceito de profissional liberal com requisitos como diploma em curso de nível superior, inscrição em um órgão normatizador, fiscalizador e de defesa da profissão, além de um código de ética para nortear a profissão. O campo de trabalho do terceiro setor se evidencia no setor privado, caracterizado pelas áreas de recursos humanos, saúde ocupacional, serviços e benefícios. Ainda, nas entidades e organizações o trabalho do assistente social é relacionado à gestão social e aos campos de família, habitação, meio ambiente, entre outros.

Além do Código de Ética Profissional, o trabalho exercido pelo assistente social é embasado na Lei Nº. 8.662, de 07 de Junho de 1993, e no Decreto 994 de 15 de Maio de 1962, que regulamentam a profissão. A lei representa os direitos e deveres do assistente social, bem como as competências (artigo 4º) e atribuições (artigo 5º).

As competências são habilidades que podem ser utilizadas por outras profissões, conforme suas leis e seus códigos de ética. As atribuições também são habilidades, mas podem ser exercidas somente pelos assistentes sociais, pois dependem da qualificação profissional. Entre os pilares de ação do assistente social podem ser citadas ações como planejamento, elaboração, coordenação, execução, orientação e avaliação, das quais todas fazem parte da metodologia de trabalho do profissional.

No interior da lei de regulamentação, existem dois conselhos vinculados ao serviço social. O primeiro, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e o outro Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), distribuídos por regiões em todo o país. As duas modalidades de conselho apresentam caráter jurídico e representam os interesses coletivos e individuais dos assistentes sociais, no que concerne ao exercício da profissão.

No que diz respeito às competências do CFESS, compete orientar, disciplinar, normatizar e defender o exercício da profissão. Já o CRESS, tem como competências organizar e manter o registro profissional e zelar pela observância do Código de Ética Profissional.

1.2. Lei Orgânica de Assistência Social

A Lei Nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização da Assistência Social, representando um marco para o reconhecimento da assistência social como direito a qualquer cidadão brasileiro aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

A Assistência Social nasceu muito antes da LOAS, quando foi criada a Previdência Social para os trabalhadores com carteira assinada, em sua maioria, homens. Com base em Sposati (2003), atribuir benefícios ao trabalhador era uma forma de disciplinar e incentivar o trabalhador informal, que era considerado vadio. Para os economistas conservadores, a assistência deve ser uma ação compensatória do Estado.

Entretanto, a assistência social é dever do Estado e deve estar vinculada à proteção, segurança social e seguridade social. A justificativa da criação de uma lei que organize a assistência social refere-se à vulnerabilidade enfrentada pelos indivíduos, principalmente no que diz respeito às crianças, mulheres e idosos que não possuem condições de autonomia, famílias com renda per capita de até meio salário mínimo; e o “povo da rua”. (SPOSATI, 2003)

Em 07 de dezembro de 1993, é criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que trata temas como Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁶ e filantropia. Entre os marcos da lei estão a criação da Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003). A organização da Assistência Social, por meio da LOAS, traz vários benefícios à população que dela necessita.

Os direitos socioassistenciais reconhecidos pela LOAS são divididos em benefícios eventuais e continuados. O Artigo 22 traz como benefícios eventuais:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (BRASIL, 2011).

Ademais, esses benefícios são reconhecidos também no Artigo 1º da resolução 212 de 2006, que visa estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social.

No que concerne aos benefícios continuados, a LOAS traz o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no seu artigo 20º:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998).

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo (BRASIL, 1993).

⁶ PNAS - expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. (Ministério de Desenvolvimento Social)

O BPC é um amparo assistencial de caráter não contributivo com recurso financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, tendo sua execução garantida através de cada estado da União e gerenciada pelos municípios. O BPC não é aposentadoria, nem renda mensal vitalícia. Ele é intransferível não gerando direito à pensão aos seus herdeiros e por isso, deve ser revista a cada dois anos, conforme o art. 21º da LOAS.

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁷, a partir de 2005, um novo modelo de gestão da Política de Assistência Social foi definido, alcançando o BPC.

É, portanto, no SUAS que há a tentativa de que o BPC restaure a sua identidade como benefício da Política de Assistência Social, destinado à proteção de dois segmentos em situação de vulnerabilidade, um pela idade e outro pela situação de deficiência, mas ambos atingidos pela situação de pobreza.

Segundo José Paulo Netto (MPAS, 1997), a Assistência Social trata-se de medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pela seguridade social em sua perspectiva contributiva. Visaria livrar os cidadãos dos infortúnios do presente e das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar e exclusão social (Anais da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997).

O tema relacionado às políticas sociais será tratado no próximo capítulo, o qual introduz a Política Habitacional no âmbito do processo de trabalho dos assistentes sociais, como veremos a seguir.

⁷ O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. (Ministério de Desenvolvimento Social).

2. POLÍTICAS SOCIAIS

Dando sequência ao trabalho, será abordado o percurso das políticas sociais em âmbito mundial e brasileiro, bem sua conceituação e caracterização com base em autores e nas Constituições Federais do Brasil, findando com a Constituição Federal de 1988. Na atualidade, uma das principais políticas públicas refere-se à habitação, visto que existe um déficit habitacional elevado no Brasil.

Dessa forma, serão apontados os principais acontecimentos relacionados à Política Nacional de Habitação (PNH), conforme sua trajetória até o contexto atual. Como um dos principais programas dentro da PNH pode ser citado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que além de infraestrutura, também executa o trabalho social.

A criação das políticas sociais está diretamente atrelada à gênese do Serviço Social como profissão na divisão social do trabalho. Não obstante, o surgimento tem marcas nos séculos XVI e XVII. Portanto, a seguir, é apresentada uma tabela, que caracteriza uma linha do tempo com as principais circunstâncias relacionadas às políticas sociais no mundo.

1) Séculos XVI e XVII – decadência da sociedade feudal.
2) Luta dos trabalhadores em 1848 - início da formulação do seu projeto autônomo.
3) 1883 – Na Alemanha, Otto von Bismarck criou o primeiro seguro-doença.
4) Século XIX – Crescimento do movimento operário.
5) Vitória do movimento socialista na Rússia em 1917.
6) Advento do fordismo.
7) Crise de 1929 – Maior intervenção do Estado Regulador.
8) Plano Beveridge em 1942 – primeira noção de seguridade social.

Quadro 1 – A evolução das políticas sociais no mundo. Elaborado pela autora deste trabalho.

Ao observar o item sete do quadro acima, no qual consta a Crise de 1929, caracterizada pelo Estado regulador e com sua intervenção máxima é possível vinculá-la com o surgimento do Welfare State. O Welfare State é definido como a necessidade de uma assistência social como condição para a reprodução da mão-

de-obra, isto é, uma forma de garantir o processo industrial e o sistema capitalista. (BOBBIO, 1997).

Otto von Bismarck criou uma série de seguros sociais destinados aos trabalhadores, como em 1883 que foi criado o seguro-doença obrigatório para os trabalhadores da indústria, custeado por contribuições dos empregados, empregadores e do Estado. Em 1884, criou-se o seguro de acidente de trabalho com o custeio a cargo dos empregadores. Já em 1889, foi instituído o seguro de invalidez e velhice, custeado pelos trabalhadores, empregadores e Estado.

Offe (1984) refere a política social como uma forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado. Ela deveria garantir a reprodução material e controlar os trabalhadores.

A linha do tempo finda com o Plano Beveridge, em 1942, que traz a primeira noção de seguridade social. Foi um conjunto de medidas de proteção contra doenças, desemprego, morte, velhice, deficiências, acidentes e casos sociais.

Em suma, Yazbek (2013 apud Jaccoud 2008) define as políticas sociais como:

um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2008, p.03).

No Brasil, a passagem para o século XX é caracterizada pela criação dos primeiros sindicatos (agricultura e indústrias rurais), esses foram influenciados pelos imigrantes europeus que traziam o movimento anarquista e socialista nessas organizações.

Para Rotta E. & Reis (2007 apud Pisón 1998), não existiu uma ruptura radical entre o Estado Liberal do século XIX e o Estado Social capitalista do século XX. O que mudou, foi a perspectiva do Estado, a qual incorporou orientações social-democratas, assumindo um caráter mais social, que investia mais em políticas sociais.

O marco inicial das políticas sociais no Brasil é a Lei Eloy Chaves, regida pelo decreto Nº 4682, de 24 de janeiro de 1923. A lei traz em seu artigo primeiro que em cada empresa de estrada de ferro foi criada uma Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP) para os seus respectivos empregados.

Na década de 1930, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS), que eram de natureza estatal, ou seja, autarquias. Foi nesse contexto que iniciou o reconhecimento da classe operária e a discussão acerca da questão social e seu enfrentamento. Existia uma forma de financiamento de moradias para os contribuintes da Previdência Social. Ainda na década de 1930, foram criadas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo e ações de valorização da saúde do trabalhador.

Durante o Estado Novo (1937-1945), as políticas sociais se desenvolveram como forma de responder às necessidades do processo de industrialização. Entretanto, elas apresentavam caráter controlador e paternalista.

A Constituição Federal de 1937 dividia a sociedade em dois segmentos, sendo o primeiro dos trabalhadores assalariados e o segundo dos pobres desempregados e trabalhadores informais. Para o primeiro segmento, seriam destinadas ações de proteção social. Já para os pobres restariam as obras de filantropia. Segundo Yazbek (2005), eles eram considerados “desajustados” e deveriam ficar isolados em instituições para corrigir seu comportamento. Assim, aconteceria a reforma social e moral dos indivíduos pobres, como forma de enfrentamento da questão social.

No ano de 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha por objetivo ajudar as famílias de soldados enviados para a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, passou a dar assistência à maternidade e à infância. Cabe destacar que o atendimento era em forma de auxílios emergenciais e paliativos.

A evolução das políticas sociais foi perceptível devido à formulação de políticas para infância e adolescência, para idosos e para grupos vulneráveis. A partir de 1964, vários setores da sociedade passam por um processo de modernização e com isso surge uma grande concentração operária em São Paulo, causada também pela industrialização e urbanização aceleradas.

Na década de 1980 a pobreza se converte em tema central na agenda social, existe uma grande amplitude entre as classes sociais. Assim, Behring e Boschetti (2006) trazem alguns dos problemas relacionados às políticas sociais que ainda persistiam naquele contexto:

- a política era tratada como solução para a desigualdade, sem considerar o capitalismo e suas características;

- a política social estava relacionada ao “politicismo”, como se fosse um troféu dos trabalhadores na luta de classes;
- uma forte tendência à tradição marxista;
- as políticas sociais não eram vinculadas às instituições públicas e privadas, ocasionando certo estatismo.

A Constituição Federal de 1988 efetivou um sistema de Seguridade Social, porém, não atendeu às demandas no que concerne à cidadania e às políticas sociais, de fato. Nesse âmbito, o terceiro setor teve um crescimento significativo, ocasionando a chamada “refilantropização”, na qual o enfrentamento da questão social passa a ser novamente tarefa da sociedade.

O início do século XXI é caracterizado pela criação de programas de transferência de renda, como o atual Programa Bolsa Família. Este tem por objetivo principal o combate à miséria. Segundo Silva (2006),

transferência de renda é aqui concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro, a idéia central dos Programas de Transferência de Renda é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres. Dois pressupostos são orientadores desses programas: um de que a transferência monetária para famílias pobres possibilita a essas famílias tirarem seus filhos da rua e de trabalhos precoces e penosos, enviando-os à escola, o que permitirá interromper o ciclo vicioso de reprodução da pobreza; o outro é de que a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, no campo da educação, da saúde e do trabalho, direcionados a famílias pobres, poderá representar uma política de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais e econômicas no país (SILVA, 2006, p.3).

Na contemporaneidade, os assistentes sociais têm participado dos conselhos que controlam as políticas sociais, como por exemplo, o Conselho Nacional do Idoso e o Conselho Nacional de Assistência Social. No que diz respeito à formação profissional, existem conteúdos vinculados às políticas sociais, como Economia Política, Direito e Legislação Social e Política Social. A Política Habitacional, por exemplo, se define como um campo de trabalho dos assistentes sociais, conforme será apresentada a seguir.

2.1 Política Habitacional

Durante o período de industrialização, muitos camponeses migraram para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Assim, as cidades cresceram e a

urbanização acarretou problemas como a falta de moradia, de saneamento básico, das condições insalubres e até subumanas de habitação. Dessa forma, foram criadas, por volta de 1850, as estalagens, que se constituíam de grupos de pequenas casas (ou cômodos) dispostos em filas. Isto é, eram uma maneira de garantir moradia barata aos trabalhadores.

No período Republicano, surgiram as casas de alugar, que eram casas subdivididas internamente e abrigavam mais de uma família. Já nos cortiços, as pessoas alugavam pequenos cômodos individuais. Entretanto, existiam elementos de uso comum, como o banheiro, o tanque de lavar roupas e o pátio. Esse tipo de moradia foi multiplicado na virada do século XVIII para o século XIX, e eram localizados nos núcleos urbanos, pois ainda não havia transporte público que permitisse o deslocamento das pessoas para regiões mais afastadas dos centros das cidades.

Atualmente, existe uma grande diversidade de cidades e espaços urbanos no Brasil, que podem ser diferenciados pelo seu porte, população, espaço geográfico, estrutura econômica, cultural e social. A maioria das grandes cidades brasileiras surgiram e cresceram sem planejamento urbano. Isso aconteceu devido ao fato das elites dominantes serem as responsáveis pela criação das cidades. Assim, as pessoas em situação de vulnerabilidade foram responsáveis por serviços como a construção civil, por exemplo.

A falta de planejamento nas cidades produziu desigualdades sociais, pois diminuiu os vínculos sociais entre as elites e as populações em situação de vulnerabilidade social. Assim, a qualidade de vida diminuiu e gerou um maior índice de desemprego e trabalho informal. A maioria da população tem acesso restrito à utilização dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e habitação. Isso acontece pelo fato das cidades serem segmentadas, ou seja, os segmentos com renda menor estão localizados nas regiões periféricas das cidades, em ocupações e favelas. Assim, conforme Villaça e Maricato (1999):

A coincidência apontada entre a localização de favelas e áreas ambientalmente frágeis, "protegidas" por lei decorre da falta de interesse do mercado imobiliário em relação a essas terras. São as que "sobram". E na medida que são desprezadas pelo mercado privado legal, não interessam também ao poder público. A incoerência é apenas aparente. Frequentemente, a análise dos investimentos públicos municipais em cidades brasileiras revela a lógica entre a aplicação dos recursos e os interesses do mercado imobiliário (VILLAÇA; MARICATO, 1999, p. 3).

A preocupação com uma política habitacional teve início na década de 1930, quando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) começaram a desenvolver programas aos seus associados. Fatores como a industrialização e o crescimento acelerado das cidades foram responsáveis pelos debates acerca da habitação.

Getúlio Vargas criou a Fundação da Casa Popular, em 1946, que atendeu a população do mercado informal. Contudo, não teve êxito, pois as pessoas de baixa renda não tinham condições de pagar o financiamento das moradias. Em 1961, foi criado o Plano de Assistência Habitacional, voltado ao trabalhador formal, que deveria ter residência e renda fixa, pois o financiamento não deveria ultrapassar 20% do salário.

No contexto do Golpe Militar, em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi o primeiro responsável por alguma forma de política habitacional no Brasil. Ele foi regulamentado pela Lei Nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e era voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. O BNH foi responsável pela produção de unidades habitacionais em larga escala e o Estado era responsável pela sua intervenção.

Naquele contexto, a grande aspiração do trabalhador assalariado era a aquisição da casa própria. Entretanto, o grande objetivo do BNH era o incentivo à economia através da construção civil. Segundo estudos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP):

não se tratava mais, portanto, de construir moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado, mas, sim, de prover empregos para uma considerável parcela da população, sem alternativas de obter trabalho. A produção de habitações passava a ser subproduto da nova diretriz governamental; desejável de seu ponto de vista político, mas não necessariamente do econômico (FINEP, 1985, p. 88).

Para auxiliar no âmbito empresarial do BNH, no mesmo ano de sua fundação, foi criado o Sistema Financeiro Habitacional (SFH). Dessa forma, o SFH abandonou a questão social e fixou como objetivo o desenvolvimento econômico. Os financiamentos focavam cada vez mais as classes média e alta. Na mesma perspectiva, foram criadas as Companhias de Habitação (COHABS). As COHABS financiavam recursos junto ao BNH para a construção das moradias e depois as vendiam para pagar o financiamento.

Na década de 1970, o BNH fez uma tentativa de atuar junto à classe menos favorecida. Assim, foram criados três programas: Profilurb, Promorar e Programa João de Barro. O primeiro foi criado em 1975 e tinha como objetivo a construção de lotes urbanizados dotados de infraestrutura básica e buscava atender usuários de renda mais baixa. O Promorar, criado em 1979, não tinha mais o objetivo de remover as pessoas de áreas invadidas, mas sim criar loteamentos nesses locais. Por fim, o Programa João de Barro foi criado no contexto da crise econômica no ano de 1982. Financiava o terreno e parte do material para construção, que seria realizada por mutirões em cidades de pequeno porte.

Grande parte das críticas direcionadas ao BNH diz respeito ao seu distanciamento com a questão habitacional, uma vez que voltou seu interesse ao desenvolvimento urbano, em questões como o saneamento básico, perdendo o foco principal. O Decreto Nº 2.291 de 1986 foi responsável pelo fim do Banco Nacional de Habitação. Muitas das funções do BNH foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal (CEF), bem como a maioria dos seus funcionários.

A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo sexto⁸ o direito a moradia e habitação. No artigo 23, constam as competências da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios. As competências são ratificadas na Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que traz em seu artigo 3º:

Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana: III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (BRASIL, L10 257, 2001).

Nesse sentido foi criado o Ministério das cidades, no dia 01 de janeiro de 2003. Conforme Amado (2011 apud Rolnik 2011):

(...) foi montado em cima de uma aposta muito ligada à agenda da Reforma Urbana que historicamente tinha um tripé, desde a primeira Constituinte. Um pedaço dela é a afirmação dos direitos dos posseiros, dos ocupantes, daqueles que constituíram assentamentos informais, populares, por absoluta falta de acesso a terra urbanizada e a moradia. O segundo ponto é o que a gente chama “a implementação de um modelo baseado na função social da cidade e da propriedade”. Isto significa que a

⁸ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição Federal DE 1988)

terra e a propriedade urbana têm que cumprir uma função social, além de cumprir sua função de patrimônio privado de quem é o dono.

E, finalmente, o terceiro eixo que, está na raiz dos outros dois, é a participação, o que a gente chama de gestão democrática do país. É a idéia de que o processo decisório sobre as políticas tem que incluir os excluídos. Historicamente, as políticas públicas no Brasil são excludentes, porque o processo que as definem são historicamente excludentes (ROLNIK, 2011, p. 13).

O Ministério das Cidades tem como objetivo combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte.

2.1.1. Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação (PNH) tem sua origem diretamente relacionada ao Plano Nacional de Habitação Popular (PlanHAP), que foi instituído em 1973 . Entretanto, a política habitacional é recente no Brasil, pois o Estado, por muito tempo, não teve interesse em melhorar a qualidade de vida da população, através da habitação.

A PNH foi aprovada no ano de 2004 pelo Conselho das Cidades, e tem o objetivo principal de atender a população de baixa renda através do acesso à terra e à moradia. Ela é regida pela Lei nº 11.124/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social(SNHIS).

Um dos principais objetivos da PNH é garantir o direito à moradia, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. A moradia digna⁹ é uma forma de inclusão social quando acompanhada por projetos e ações sociais.

Dentro da PNH podem ser citados programas habitacionais como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que é executado pela Caixa Econômica Federal e foi criado para auxiliar os municípios na demanda habitacional das famílias que recebem até seis salários mínimos e que vivem em centros urbanos.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social(PSH) é uma linha de crédito e viabiliza a aquisição e/ou produção de casas populares para a população de baixa renda, além de gerar renda e empregos nos municípios, através da construção civil, por exemplo.

⁹ Para uma moradia ser considerada digna ela deve garantir: “Um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.” (Trabalho Social em Programas e Projetos de Interesse Social, página 32).

O Programa Carta de Crédito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destina-se a famílias com renda de até cinco salários mínimos, sendo que 83% do valor do imóvel é subsidiado pelo programa, enquanto os outros 17% são contrapartida do governo (em uma das três esferas estatais). Além do programa de Aceleração do Crescimento, o qual será aprofundado na sequência deste trabalho.

2.1.1. Programa de Aceleração do Crescimento:

No ano de 2007, foi criado, pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa tem como objetivo principal promover o crescimento econômico e melhorar as condições de vida da população brasileira por meio de obras em diversos setores, como infraestrutura nas áreas ligadas ao saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos.

O PAC habitação tem por finalidade conceder moradia digna à população de baixa renda, assim como promover a inclusão social dessas. O direito a uma moradia digna vai além de uma casa para morar, está também relacionado ao acesso de bens e serviços. A efetivação do PAC é norteada por dois grandes eixos: o primeiro refere-se a área de infraestrutura (estradas e hidrelétricas, por exemplo), e o segundo diz respeito à urbanização de favelas e saneamento.

O PAC habitação é sustentado por três pilares. Para que ele funcione de maneira correta e alcance seus objetivos, deve haver uma integração entre esses pilares, a saber:

O primeiro pilar diz respeito a intervenção física, que abrange a implantação de infraestrutura básica (rede elétrica, de água e esgoto em todas as moradias, iluminação pública, coleta de lixo, entre outros). Quando houver necessidade de remanejar alguma família, ou seja, se a família estiver residindo em área de risco ou área de preservação permanente (APP) ela deverá ser beneficiada com outra casa, o que também implica em uma intervenção física. Além da construção de novas unidades habitacionais em loteamentos criados a partir do PAC.

O segundo pilar é a regularização fundiária, que garante às famílias a escritura dos lotes junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Além de adequar os terrenos à legislação ambiental e do município.

Por fim, o terceiro, é o trabalho social. Este estabelece as mediações necessárias para a intervenção física e a regularização fundiária. Os procedimentos

utilizados são a realização dos cadastros, visitas domiciliares e ações socioeducativas. Também há a criação de programas de qualificação profissional, de apoio ao cooperativismo, geração de trabalho e renda, a partir do estudo das demandas de cada localidade.

O trabalho social visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento das famílias cadastradas. Destarte, o próximo capítulo vai abordar o relato de experiência desta acadêmica, com embasamento no processo de trabalho da assistente social na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS (SMHRF).

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Neste capítulo, será exposto o relato de experiência desta acadêmica, conforme o projeto de intervenção executado junto à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS (SMHRF), no período de abril a junho de 2014, enquanto cursava o oitavo semestre da graduação do curso de Serviço Social.

Inicialmente, será exposto o campo de estágio da acadêmica, como esse foi criado e como a assistente social exerce seu processo de trabalho nele. O Trabalho Social é executado por equipes interdisciplinares, das quais fazem parte os assistentes sociais.

O exercício do assistente social no Trabalho Social de Habitação conta com instrumentais como estudos sociais, visitas domiciliares e acompanhamentos. Os três instrumentais supracitados serão aprofundados neste capítulo. Por fim, será apresentado o projeto de intervenção, trazendo gráficos a fim de elucidar sua efetividade.

3.1 Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS

A cidade de Santa Maria é localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. Possui mais de 273.489 habitantes, conforme censo realizado em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É denominada cidade universitária devido à Universidade Federal de Santa Maria, além de contar com grande número de militares, pois possui a segunda maior guarnição do país.

A Prefeitura Municipal de Santa Maria é uma instituição pública. A sua criação está atrelada à história e à emancipação do município. A emancipação política de Santa Maria ocorreu em 17 de maio de 1858 quando foi instalada a primeira Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte a qual foi presidida pelo vereador mais votado, Coronel José Alves Valença. Nessa época Santa Maria encontrava-se ainda na categoria de Vila. Sendo elevada à cidade em 16 de Abril de 1876, pela Lei Provincial nº 1013. Segundo Belém (1933):

Santa Maria foi fundada em 17 de maio de 1858, deixando a categoria de freguesia e tornando-se vila, apresentando um total de 220 casas e 5.110 habitantes. O comércio foi uma grande alavanca econômica no município

recém-formado. A presença dos alemães foi fundamental para o desenvolvimento desta, além da retomada dos campos de criação e lavoura, sendo estas últimas um tanto demoradas devido as consequências da Revolução Farroupilha (BELÉM, 1933, apud WERNER, 2012).

No que se refere à Secretaria de Habitação, ela sofreu várias alterações desde que foi criada até os dias de hoje. A primeira lei encontrada nos registros da Secretaria é a Lei Municipal N° 4300/00, na qual é autorizado ao Poder Executivo firmar convênio com a Secretaria Especial de Habitação (SEHAB-RS), no âmbito do Programa Habitar/98. Esse programa foi criado com fins de Construção de 105 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos vigentes à época.

Já no ano de 2013, ocorreu uma reforma administrativa, com a qual esta Secretaria passou a ser dividida em três programas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa Morada Feliz (Regularização Fundiária).

Todo o trabalho desenvolvido na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria é norteado pela Política Nacional de Habitação (PNH) e pela Lei Municipal N° 5659/2012, que institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências.

3.2. Serviço Social na Instituição

A assistente social teve sua inserção na Habitação pela necessidade de um profissional qualificado para a execução do Trabalho Social dos Programas do Governo Federal, sendo essa uma das exigências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ou seja, o valor de 2,5% do recurso total de execução das obras de infraestrutura, saneamento e unidades habitacionais deve ser destinado ao tramite burocrático e acompanhamento dos beneficiários, através da elaboração dos projetos, termos referenciais, relatórios, entre outros.

No ano de 2007 foi implantado o PAC em Santa Maria e, com isso, a prefeitura contratou a primeira assistente social, que permaneceu até o final de 2008. Com a nova gestão, foi contratada uma nova assistente social, que por sua vez, permaneceu por sete meses. No final do ano de 2008, foi realizado concurso público, no qual foi nomeada a atual assistente social, para assumir como Coordenadora do Trabalho Social do PAC. A demanda de trabalho cresceu e foi

necessário convocar mais uma assistente social no início de 2012, a qual realizou o mesmo concurso e está atuando até os dias de hoje.

Os serviços prestados na Secretaria de Habitação, mais especificamente no PAC, estão vinculados à concessão do benefício de moradia digna à população. Desde o momento em que a pessoa passa a ser inserida na lista de possíveis beneficiários, até o pós-moradia. Ou seja, este setor da Secretaria de Habitação acompanha todo o processo do benefício habitacional.

O trabalho do assistente social na efetivação da Política habitacional possibilita que a população beneficiada pelo programa de habitação não seja apenas contemplada com uma unidade habitacional, mas sim que essa população tenha condições de exercer sua cidadania, de modo a promover sua autonomia e inclusão social.

Nos programas de habitação, o assistente social faz parte de uma equipe interdisciplinar, da qual também fazem parte pedagogos, biólogos, psicólogos, educadores especiais, arquitetos, engenheiros, economistas, entre outros. Essa equipe deve trabalhar em sincronia, por isso a importância da interdisciplinaridade, pois cada integrante da equipe poderá contribuir com sua visão profissional. É de suma importância que a equipe faça reuniões de tempos em tempos para discutir, planejar e criar abordagens de trabalho que respondam as demandas das localidades.

Para Rodrigues (1998),

a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer (RODRIGUES, 1998, p. 156).

Para Bochniack (1992), o trabalho interdisciplinar deve ser entendido como um instrumento para aproximar o conhecimento teórico à prática cotidiana. Assim, sua metodologia prevê a ruptura de barreiras preestabelecidas, favorecendo o diálogo entre saberes de diferentes áreas.

No ano de 2010 foi criado o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS):

Orienta no que concerne à atuação da equipe social, tendo que atuar em sintonia com o desenvolvimento das obras físicas, de forma interdisciplinar, além de promover a mobilização e a participação popular através de atividades de cunho sócio educativo, que fortaleçam as bases associativas e que abarquem as três macro-ações previstas na Instrução Normativa supracitada: Geração de Trabalho e Renda, Educação Sanitária e Ambiental e, por fim Mobilização e Organização Comunitária. (Caixa Econômica Federal, 2010).

A assistente social é responsável pela fiscalização do Trabalho Social junto às empresas que prestam serviço à prefeitura para realização do mesmo. A fiscalização acontece nas ações realizadas pelas empresas, tais como cursos profissionalizantes, palestras, oficinas, análise dos projetos, orçamentos, relatórios, entre outros.

Os atendimentos à população são realizados na própria Secretaria. Além da realização de visitas domiciliares junto às famílias com vistas a apreender sua realidade social, econômica, política e cultural e como ela se relaciona com a questão social. Assim, se estabelece a relação entre a realidade e a questão social, bem como se cria estratégias de seu enfrentamento.

Para lamamoto (2009), a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade, a burguesia.

lamamoto (1999) propõe como estratégia de enfrentamento da questão social na atualidade, ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação.

Diante da contemporaneidade, cabe ao assistente social reinventar possibilidades e alternativas que façam frente à questão social. A preocupação com a garantia de direitos sociais é uma das frentes que norteiam a profissão.

Assim, as famílias antes de serem beneficiadas pela Secretaria de Habitação de Santa Maria residem em comunidades consideradas “ocupações”¹⁰, pois se

¹⁰ Neste trabalho foi adotado o termo ocupação, que muitas vezes é confundido com invasão. Vejamos: INVASÃO, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Já a OCUPAÇÃO mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. (ALMEIDA, 2006)

tratam de áreas privadas ou estatais, que muitas vezes são Áreas de preservação Permanente – APP, que não apresentam condições de habitabilidade. Além de áreas consideradas de risco pela Defesa Civil e áreas de obras e rotas públicas. Grande parte das famílias reside em casas cuja a estrutura habitacional é considerada subhabitação, por se tratar de casas de madeira (palafitas) em condições precárias, marcadas pela falta de saneamento e regularização fundiária.

Pelo fato dessas comunidades se localizarem em regiões periféricas da cidade, o acesso a rede de serviços (saúde, assistência, segurança, educação, transporte e lazer) torna-se limitado, o que caracteriza uma das principais demandas da questão social. Para Lima (2010),

provavelmente, a face mais visível da radicalização da questão social no urbano no momento atual é a existência, em contraponto aos denominados aglomerados de exclusão (favelas, cortiços e loteamentos clandestinos) os de enclaves fortificados e auto-segregados formados pelos condomínios da classe média alta (LIMA, 2010, p. 3).

As demandas e expressões da questão social estão diretamente relacionadas ao perfil traçado das famílias que são atendidas na Secretaria. A falta de informação e as barreiras no acesso aos direitos retratam uma população fragilizada no diz respeito à cidadania. O baixo nível de escolaridade, logo, a baixa qualificação profissional restringem as vagas no mercado de trabalho para os chefes e/ou provedores da família.

Em resposta a tal conjuntura, os levantamentos realizados pela equipe de visitantes sociais refletem uma baixa renda per capita nas famílias beneficiadas pelo PAC. Em consequência, a maioria das famílias é beneficiária de outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família¹¹, por exemplo.

A ausência de emprego formal é uma das principais demandas desta população. Esse fato leva os beneficiários a procurar outras formas de sustento, isto é, trabalhos informais, como de serviços gerais, na construção civil, além de envolvimento com drogas e prostituição, entre outros. O trabalho informal é de caráter imediato, o que corresponde à demanda das famílias, limitando-os do acesso

¹¹ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (Ministério do Desenvolvimento Social)

aos benefícios previdenciários. Pois muitos carecem de informações e conhecimento a respeito da seguridade social.

A falta de perspectivas para uma melhor qualidade de vida e ascensão social dos chefes de família é refletida em toda a família, o que gera uma identidade cultural cíclica. Ou seja, os filhos reproduzem a mesma visão de homem e de mundo dos pais, inibindo-se à emancipação e transformação social.

3.3. Projeto de Intervenção

O PAC Habitação é um dos programas mais importantes no sentido da inclusão social e diminuição dos níveis de pobreza no Brasil. Pois, além de beneficiar as famílias com uma unidade habitacional, trabalha para que elas tenham consciência dos seus direitos e deveres como cidadãos, através de ações e projetos que visam a autonomia e a inclusão social dos indivíduos, além do desenvolvimento de suas comunidades.

O PAC de Santa Maria executa suas obras por meio da terceirização dos serviços, conforme a Lei Nº 866, pois o município pode destinar apenas 6% dos recursos para o provimento de funcionários (recursos humanos), devido aos impostos. Ou seja, a prefeitura abre licitação da obra, na qual todas as empresas interessadas da área podem se inscrever e, a empresa que vencer executa a obra.

O projeto de intervenção desta acadêmica de Serviço Social, realizado no período anterior ao Trabalho de Conclusão de Curso, foi elaborado durante o sétimo semestre de graduação, no segundo semestre do ano de 2013 junto à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, RS. A execução do projeto foi realizada no primeiro semestre de 2014, no Loteamento Brenner, localizado na região norte do município.

Este Loteamento prevê um total de 386 unidades habitacionais, destinadas às pessoas que vivem em áreas de risco, áreas de preservação permanente (APP), rotas de obras e casas consideradas sub-habitação e/ou casas cedidas e alugadas, o que torna necessária sua remoção destes locais.

O objetivo central do projeto foi realizar um mapeamento das famílias que recebem ou estão aptas a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com vistas ao encaminhamento para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Dentre

os objetivos específicos destaca-se a realização de visitas domiciliares, para compreender a realidade social, econômica e cultural dos usuários.

O projeto teve duração de três meses, com início em março de 2014 e término em junho do mesmo ano. No primeiro momento, foi realizado o mapeamento das famílias que possuem integrantes aptos a receber o BPC, ou seja, idosos e/ou deficientes. Esse processo foi realizado através da análise dos cadastros socioeconômicos que se encontram no arquivo da Secretaria de Habitação.

O início do trabalho social se dá através do diagnóstico social da localidade em que o projeto será desenvolvido. O assistente social deve fazer a leitura da realidade na comunidade. Porém, essa leitura não deve ser feita apenas com base nos dados estatísticos e informações objetivas. O assistente social deve estar preparado para ver a realidade social como ela é, não apenas como ele quer que ela seja. Ele não deve fazer juízo de valor e ver somente o que sua razão permita que ele veja. (AMARO, 2003)

A realidade social é complexa, apresenta-se de diversas maneiras e está diretamente ligada à economia, à política, à história e à cultura de um local. A maneira mais comum de conhecer a realidade local e das famílias de uma comunidade é através de visitas domiciliares.

Na realização das visitas é possível conhecer as necessidades e demandas de cada família. No momento em que se inicia o levantamento de dados cria-se a possibilidade de uma relação de confiança entre o assistente social e o beneficiado.

A visita domiciliar é definida por Amaro (2003) como:

uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato oral. (AMARO, 2003, p. 13)

É através desses relatos e depoimentos que, muitas vezes, o assistente social toma conhecimento da real situação da família. As informações obtidas durante a realização da visita devem ser respeitadas para manter a privacidade do beneficiado, como consta no Código de Ética Profissional do Serviço Social.

Segundo Mioto (2001),

as visitas domiciliares têm como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do

cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevistas de gabinete. (MIOTO, 2001, p.148).

Entre os pontos que merecem cuidado durante a execução de uma visita domiciliar, pode-se destacar a questão do tempo de permanência do profissional na casa do cidadão. Não é estipulado um tempo específico, pois a duração da visita vai depender dos fatores que estiverem presentes no momento. Contudo, uma visita “curta” vai dificultar a percepção da realidade da família em questão. Assim, a visita deve ter um tempo de duração que permita que “se reserve à visita que irá realizar, um tempo compatível com a visão que irá orientá-la” (AMARO, 2003, p.58).

Outro ponto que deve ser evidenciado se refere ao agendamento da visita domiciliar, ou seja, muitas vezes o assistente social enfrenta este dilema: “avisar ou não avisar o usuário sobre a visita?”. Na execução do projeto de intervenção que fundamenta o presente trabalho, os moradores foram previamente avisados sobre as visitas. Ademais, foi realizado um agendamento das mesmas, para que o planejamento ocorresse de forma positiva.

Uma das técnicas utilizadas na execução da visita domiciliar diz respeito à observação. Segundo Souza (2000), a observação consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou conhecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e, ao mesmo tempo, técnico.

Muitos autores defendem a ideia de que a observação vai muito além de um simples olhar. Conforme Amaro (2003), nem sempre o mais importante (que necessita atenção especial) está visível aos olhos. O assistente social não pode ter um olhar reduzido e simples, mas sim um olhar profissional crítico. Ele também deve estar atento ao que não vê, como sons e ruídos, por exemplo.

A entrevista também é definida como técnica utilizada para desenvolver a visita domiciliar. A primeira autora do Serviço Social a falar sobre entrevista é Mary Richmond (1917), que definiu que a entrevista era considerada um procedimento difícil, por entender que era naquele encontro que se estabeleciam as bases do “entendimento mútuo” e da obtenção dos fios que orientariam o trabalho até alcançar a avaliação, que ela denominava como “juízo final”. Recomendava a autora que, na primeira entrevista, fossem observados os seus objetivos e lembrava que,

naquele momento, a assistente social deveria ser “delicada”, “paciente”, e escutar largamente o “necessitado”.

Sarmiento (1994) caracteriza a entrevista como:

uma relação face-a-face entre duas ou mais pessoas, sendo que a diferenciação em seu uso é dada pela maneira e a intenção de quem a pratica mas, reconhecendo que é uma relação de distância e envolvimento, conhecimento e ação, pensamento e realidade, interação e conflito, mudar e ser mudado. (SARMENTO, 1994, p. 284)

O mapeamento não teve sua efetivação completa, pois existem apenas 214 (duzentos e catorze) cadastros socioeconômicos no arquivo, sendo que no Loteamento residiam 264 (duzentas e sessenta e quatro) famílias até o momento do mapeamento. Foram mapeadas 25 (vinte e cinco) pessoas com deficiência (PCD) e 14 (catorze) idosos. Cabe destacar que alguns idosos estão inclusos no número mapeado de PCDs, totalizando 33 (trinta e três) famílias a serem visitadas

A etapa seguinte do projeto foi a realização das visitas domiciliares junto às famílias mapeadas. Foram visitadas 19 (dezenove) famílias. Durante a visita domiciliar foi possível identificar quais usuários já recebem o BPC, bem como aqueles que têm outra renda, como auxílio-doença ou pensão e aposentadoria. Os que não recebem foram encaminhados ao INSS por essa acadêmica.

Foi realizada uma reunião entre a acadêmica e a assistente social do INSS, na qual ficou acordado que os encaminhamentos seriam realizados por meio de email e/ou telefone quando necessário.

A visita domiciliar, assim como a observação e a entrevista estão introduzidas como técnicas utilizadas para o desenvolvimento de um estudo social. O estudo social é realizado quando solicitado, em determinadas situações ou quando a assistente social faz uso desse para executar suas competências.

Segundo Miotto (2009),

Os estudos sociais são realizados nos mais diversos campos de intervenção profissional e estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e de serviços. Ou ainda, são realizados para servir como subsídio para o arbítrio de situações conflituosas como é típico do campo sociojurídico. Assim acontece em inúmeros espaços sociocupacionais presentes na organização dos mais variados serviços e programas vinculados às políticas públicas, ao judiciário de maneira geral, as organizações privadas e também às organizações não-governamentais (ONGs). (MIOTTO, 2009, p.486)

Ele serve como subsídio para a construção de relatórios e para possíveis encaminhamentos, como foi o caso do presente projeto. Para construção do estudo social é realizada a coleta de dados pelo assistente social, com uso de instrumental escolhido por ele (observação, entrevista, visita domiciliar e relatório, por exemplo) a fim de ter um posicionamento crítico acerca da situação, com embasamento teórico.

Ao final do estudo social, deve ser emitido um relatório sobre a situação estudada. Isso corresponde a um documento constituído de uma apresentação descritiva sobre a situação vivenciada pelo usuário. Muitas vezes, o assistente social constata que o usuário não tem acesso aos serviços públicos, ou o acesso é restrito. Assim, são realizados encaminhamentos para outros setores e serviços.

O encaminhamento é definido como um procedimento de articulação da necessidade do usuário com a oferta de serviços. Deve ser sempre formal, seja para a rede socioassistencial, seja para outras políticas. Quando necessário, deve ser precedido de contato com o serviço de destino para contribuir com a efetivação do encaminhamento e sucedido de contato para o retorno da informação (DTTAS, 2007).

Ao final do projeto, seria realizada uma palestra proferida pela assistente social do INSS destinada aos usuários que estão aptos a receber o BPC e ainda não o recebem. Contudo, durante o mapeamento foi constatado que grande parte dos usuários já tem sua renda provinda do INSS, não havendo demanda para realização de uma palestra.

Os gráficos a seguir trazem dados referentes ao projeto de intervenção e como foi o desempenho das visitas domiciliares realizadas durante o mesmo. Vejamos:

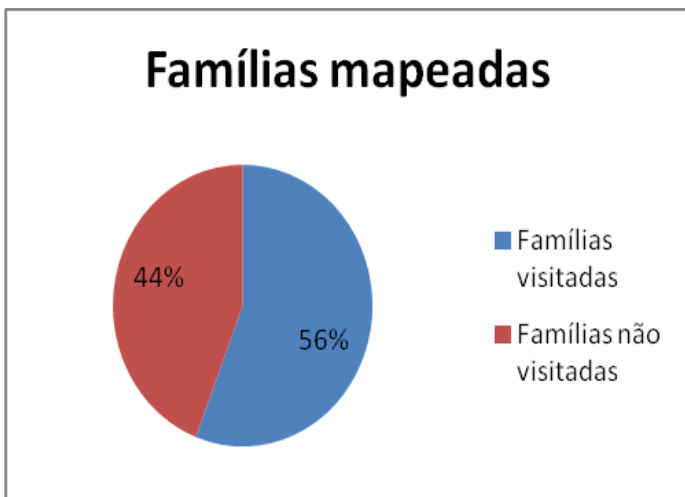


Tabela 1 - Gráfico das famílias mapeadas

Conforme supracitado, foram mapeadas 34 (trinta e quatro) famílias, sendo que elas são constituídas de membros idosos e/ou com deficiência. Contudo, foram efetuadas apenas 19 (dezenove) visitas domiciliares junto a elas. Os motivos para tal são variados.

As famílias não foram visitadas por não haver ninguém em casa (em mais de uma tentativa), por não morar mais no local, pelo fato do usuário mapeado já ter falecido e ainda, pelo cadastro ter sido realizado de forma incorreta (o usuário mapeado não é idoso e/ou deficiente), de acordo com o próximo gráfico:



Tabela 2- Motivo pelo qual não foi realizada a visita

Ademais, foram realizadas as visitas domiciliares e apenas um encaminhamento para o INSS, visto que a maioria dos usuários já tem alguma forma de renda, sendo pensão, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição, ou o próprio BPC:

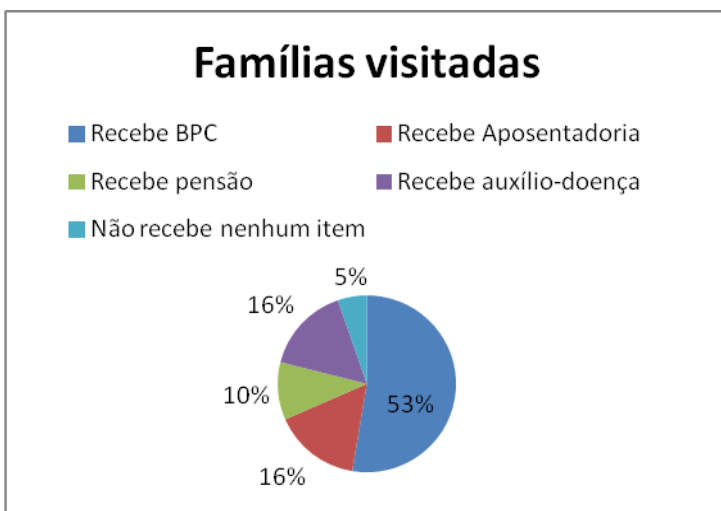


Tabela 3 - Condições das famílias visitadas

A seguir será exposto o contexto no qual vive a família que foi encaminhada ao INSS. Para tanto, será apresentado o relatório de visita domiciliar, que foi realizada numa etapa anterior, quando a família ainda não havia sido beneficiada com a unidade habitacional do PAC. Essa visita foi realizada no ano de 2012, por um visitador social da empresa contratada pela prefeitura. Desse modo, o relatório foi de suma importância para o mapeamento daquela família Vejamos:

“O neto Felipe¹² de 14 anos perdeu a visão do olho direito. Sua avó ao perfurar uma parede de madeira acabou atingindo o olho do neto sem querer. O mesmo foi atropelado e ficou com algum tipo de deficiência mental (faz tratamento psicológico).

A casa da Sra. Ana está em condições muito precárias. Está em desnível, num terreno inclinado em uma área de risco. A casa também tem chão batido. É de madeira, tem muitos remendos e buracos por toda casa e telhado. Tem fios de luz por dentro da casa, com ligações irregulares que podem causar algum acidente a qualquer momento.

O terreno é bastante escorregadio. Pelo pátio fica o material de reciclagem que é o único sustento da família. A média de renda é de R\$500,00 por mês, mas as vezes não conseguem juntar esse valor.

A casa está literalmente despencando. Tem lonas pelo telhado. Está praticamente caindo. Tem uma peça na casa que tem um balde onde fazem suas necessidades. Chove para dentro da casa. Muitas vezes passam fome. Estão em situação desumana.

A moradora ficou muito feliz em realizar este cadastro e espera que em breve possa ser beneficiada com a casa no Loteamento Brenner, pois necessita muito e sua situação é muito delicada e de extrema urgência.

Tem um filho adotivo. Os pais faleceram e não tinha com quem ficar, então o Conselho Tutelar deixou a guarda com esta senhora, que relatou ser madrinha do mesmo (Gustavo, 15 anos).

A casa está inclinada em direção ao barranco que dá acesso aos trilhos.

¹²Todos os nomes utilizados no presente trabalho serão fictícios, com o objetivo de preservar a identidade dos usuários envolvidos.

A beneficiária nunca estudou, portanto ela não é alfabetizada, mas aprendeu a escrever seu nome. Foram colocados por um período no Farrezão, pois como era um período de chuvas fortes a casa poderia ir barranco abaixo. Tiraram várias famílias vizinhas pela mesma situação de perigo.” (Empresa X, 12 de setembro de 2012).

No atual contexto, a família reside no Loteamento Brenner, em virtude de ter sido beneficiada pelo PAC no dia 08 de janeiro de 2013. Na residência vivem Felipe, seu irmão Rodrigo e os avós. O filho adotivo não mora mais com a família. Felipe está com 16 anos e estuda na sexta série do Colégio Dom Antônio Reis. Os avós não foram alfabetizados. A renda da família provém de um auxílio doença, que a Sra. Maria recebe em consequência de um problema no joelho, o qual causa dificuldade de locomoção para a mesma.

Ainda, o Sr. João trabalha como coletor de material reciclável, contudo, a renda não é suficiente para suprir as necessidades básicas da família. No momento da visita domiciliar, estavam com várias contas atrasadas, como luz e água, por exemplo. Ademais, foi realizado o encaminhamento do menino Felipe à assistente social do INSS, para averiguação da situação.

Assim, encerrou-se o projeto de intervenção executado pela acadêmica com o objetivo de adquirir conhecimento prático acerca do processo de trabalho do assistente social nesse campo. O projeto foi parcialmente efetivado, visto que se imaginava, por se tratar de usuários com baixo grau de escolaridade, além de ter acesso fragmentado a outros serviços públicos, esses não estariam recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou expressar a articulação que existe entre teoria e prática no que concerne à profissão do assistente social relacionado à política habitacional, através da experiência adquirida no decorrer do estágio curricular. Ainda, foi possível aprofundar o tema escolhido para este trabalho, sendo realizado um estudo acerca da trajetória histórica do Serviço Social, bem como as transformações ocorridas ao longo da mesma.

A discussão sobre o relato de experiência, foi realizada com embasamento em um referencial teórico a partir de pesquisa bibliográfica referente ao tema abordado.

No primeiro capítulo, foram traçadas as principais características da profissão na sua gênese, cabendo destacar a forte influência da Igreja e como o desenvolvimento do sistema capitalista afetou a sociedade e a profissão. Assim, a expansão deste sistema ocasionou conflitos entre as classes sociais, uma vez que a burguesia era detentora do poder e o proletariado necessitava conceder sua mão de obra a um preço extremamente baixo. Com isso, a qualidade de vida dos trabalhadores diminuiu bastante, o que ocasiona o princípio da questão social, que vem a ser o objeto de trabalho no Serviço Social.

Sendo a questão social o objeto de trabalho dos assistentes sociais, são necessários mecanismos de combate a ela. Cabe destacar a criação das políticas públicas e sociais, que se constituíram como um dos principais pilares do Serviço Social, ao longo do tempo.

No Brasil, uma das principais políticas sociais diz respeito à Política Habitacional, constante no artigo quinto da Constituição Federal (conforme disposto ao longo do trabalho). Visto que as cidades brasileiras apresentam expressivo déficit habitacional devido à falta de planejamento e às diferenças entre as classes sociais, a política habitacional é adotada como um campo no qual o assistente social encontra embasamento para desenvolver seu processo de trabalho. Esse é o caso da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, RS.

Neste caso, um dos principais programas da Política Nacional de Habitação é Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que além de infraestrutura, também executa o trabalho social junto às famílias beneficiadas. O Trabalho Social é

executado por equipes interdisciplinares, das quais fazem parte os assistentes sociais.

O exercício desse profissional nos programas habitacionais é realizado por meio do uso de instrumentais próprios da profissão, sendo os principais o estudo social, os encaminhamentos e a visita domiciliar. Constituindo-se a última como principal instrumental na execução do projeto de intervenção desta acadêmica, tornando-se de suma importância para a evolução do mesmo.

Sabe-se que os usuários envolvidos no projeto (idosos e pessoas com deficiência) têm acesso fragmentado aos serviços públicos, além de ter baixo grau de escolaridade, com limitações no que concerne ao acesso à informação e aos direitos básicos. Por isso, imaginava-se que grande parte deles não recebesse nenhum tipo benefício ou aposentadoria. Para alterar tal cenário, seriam realizados encaminhamentos junto ao INSS, com vistas à possibilidade do Benefício de Prestação Continuada.

Entretanto, constatou-se que apenas um dos usuários mapeados não recebe o benefício, indo no sentido oposto ao que se esperava nos objetivos do projeto de intervenção. Acredita-se que isto acontece devido ao progresso no acesso à informação, ou seja, no contexto atual os usuários possuem mais condições de adquirir meios de comunicação, tais como televisão, computadores e celulares com acesso à internet, entre outros. Além de contar com serviços de Defensoria Pública e Assistência Judiciária Gratuita.

Dessa forma, o projeto de intervenção foi parcialmente realizado, pois foi encaminhado apenas um dos dezenove usuários mapeados. Apesar disso, a acadêmica alcançou um objetivo maior, principalmente no que diz respeito à autonomia e cidadania dos usuários, uma vez que estes têm acesso aos direitos, serviços e como é o caso do projeto de intervenção, ao Benefício de Prestação Continuada.

Nesse contexto, foi possível conhecer e compreender o ambiente de trabalho do assistente social na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria. Dentre as possibilidades, fica em destaque o conhecimento adquirido acerca das competências e atribuições privativas do assistente social.

Também foi possível conhecer a realidade das famílias beneficiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e traçar um perfil socioeconômico

delas para a construção e execução do projeto de intervenção. Ademais, também foi viável a articulação com a rede, através de encaminhamentos, os quais nem sempre obtiveram o retorno esperado.

Quanto aos desafios enfrentados pela acadêmica durante o processo de estágio, cabe destacar o choque de horários para a realização de visitas domiciliares, pois grande parte dos usuários trabalha durante o dia, mesmo período em que foram realizadas as visitas.

Entretanto, é concebível o êxito no processo de estágio I e II, uma vez que os usuários têm acesso a um dos direitos básicos previstos na Constituição Federal, neste caso o direito à moradia. Além disso, a Secretaria de Habitação dispõe de três assistentes sociais e cinco estagiários do curso de Serviço Social, os quais atendem a demanda, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento social no pré e pós moradia. Sendo o último o mais frequente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tendo em vista os aspectos supracitados, em um processo de reflexão, é possível verificar o amadurecimento da acadêmica quanto ao referencial teórico do Serviço Social, em especial no que diz respeito à Política Habitacional. Além de conseguir associar o mesmo à prática do exercício do assistente social no campo da habitação, durante o processo de estágio I e II.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme do Couto de. **Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8882>>. Acesso em: 15 out. de 2014.

AMADO, Camila da Costa Machado. **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO EM CASIMIRO DE ABREU – RJ**. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/tcc/2011-2/camila%20-%20completo.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2014.

AMARO, Sarita: **Visita Domiciliar, Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: Age, 2000.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. CFESS- São Paulo: Cortez, 2012.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

BOCHNIAK, R. **Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola**. São Paulo: Loyola, 1992.

BRASIL. Lei Nº 8.742/1993: **Lei Orgânica de Assistência Social**: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742>. Acesso em: 14 maio. 2014.

_____. Lei Nº 8.662/1993: **Lei de Regulamentação da profissão**: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Decreto Nº 994, de 15 de maio de 1962: **Regulamentação da Lei Nº 3.252** <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.actionnumero=994&tipo_norma=DCM&data=19620515&link=s>. Acesso: 15 ago. 2014.

_____. Resolução Nº 212, de 19 de outubro de 2006: **Propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social:** <<http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/legislacao/assistenciasocial/rsolucoes/2006/Resolucao%20CNS%20no%20212%20de%2019%20de%20outubro%20de%202006.pdf>>. Acesso: 18 agos. 2014.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Textos & Contextos (Porto Alegre), Vol. 2, Nº 1 (2003). Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/947>> .

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social - COTS**. Jun/ 2010.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 14 maio. 2014.

ESTEVÃO, Ana Maria R.: **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: um movimento em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

FINEP – GAP. **Habitação popular: Inventário da ação governamental**. Rio de Janeiro: São Paulo Editora S/A, 1983.

IAMAMOTO, M.V, CARVALHO,R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000

KONDER, Leandro: **O que é Dialética**. Editora Brasiliense, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Favelas: Um universo gigantesco e desconhecido**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf>. Acesso em 27 maio 2014.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. Conceito marxista do homem. Trad. Octávio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Dados eletrônicos relacionados aos programas**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Interesse Social**. Disponível em: < www.cidades.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 67, 2001.

NETTO, José Paulo. Construindo a Inclusão e Universalizando Direitos. In: **ANAIS DA II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Brasília: MPAS, 1997, p. 29-37.

LENHARDT, Gero; OFFE, Claus. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In: OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Tradução Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 10-53.

ROCHA, Everaldo. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Maria Lucia. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. *in* Martinelli, M. L. e outros(org). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

Rotta, E. & Reis, C. N. **Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007

SANTANA, J. P. Política municipal de recursos humanos em saúde. In: **BRASIL. Gestão municipal de saúde: textos básicos**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas: elementos para uma rediscussão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, PUC, mar. 1994.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**. Brasília. 07 de dezembro de 2003. <<http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/sposati.doc>>. Acesso em: 21 agos. 2014.

SUNG, Jung Mo & SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 14 ed. São Paulo: Vozes, 2007.

Yazbek, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. 2013. Disponível em: <<http://sosservicosocial.com.br/s/wp-content/uploads/2013/05/Yazbek-Maria-Carmelita.-Estado-e-pol%C3%ADticas-sociais.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2014.

WERNER, Priscila Vaqueiro Nascimento. **A Conformação da Paisagem da Vila Urlândia - Santa Maria-RS e a Percepção Ambiental da População Residente**. Disponível em <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5188>. Acesso em 15 out. 2014.